

PERGUNTAS FREQUENTES

Informações gerais sobre o PL

1. O que é o PL de Fake News?

É o projeto que cria a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. No Senado tem o número 2630/2020, já na Câmara o número 1429/2020. Este projeto primou por estabelecer mecanismos de transparência e aspectos técnicos alinhados com as melhores práticas internacionais, que contribuem para um ambiente de livre expressão na internet.

2. Quem propõe?

O Senador Alessandro Vieira, a deputada federal Tábata Amaral e o deputado federal Felipe Rigoni.

3. Por que está sendo proposto?

Informações falsas e enganosas colocam em risco o direito dos cidadãos à fontes seguras e transparentes. Esse processo ameaça à liberdade de opinião e expressão uma vez que não conseguimos saber o que é fato e o que não é.

Foi planejado do começo ao fim para proteger a liberdade de expressão e aumentar a transparência;

Esse projeto traz as **SOLUÇÕES** democráticas e eficientes para diminuir os efeitos da circulação de desinformação, como por exemplo: informar o público sobre contas falsas, a natureza das interações não-humanas e robôs, alertar o usuário que entre em contato com alguma desinformação e disponibilizar os fatos reais sobre o assunto, um anti-virus da desinformação, diminuir o alcance da desinformação e não permitir que o algoritmo aumente sua veiculação. Outros projetos de lei tinham pouco a agregar no sentido concreto da resolução do problema, **apresentando definições simplórias de notícias falsas e seu objetivo principal era criminalizar os usuários**, o que não parece ser útil para resolver uma questão tão complexa como essa.

Diferente de muitos projetos de lei anteriores, **não estamos sugerindo que as pessoas sejam presas** se compartilharem acidentalmente notícias falsas. Pelo contrário: esse projeto trata os usuários de mídias sociais como possíveis vítimas e pretende protegê-los de qualquer dano que a desinformação possa causar.

4. A maioria das pessoas concorda que a desinformação é um problema?

- Quase [80% dos brasileiros](#) querem que as redes sociais corrijam as notícias falsas quando os verificadores de fatos perceberem a desinformação.
- A desinformação está nos matando: de acordo com o Ministério da Saúde, 90% das notícias falsas relacionadas à saúde são sobre vacinas. Além disso, em 2014 uma mãe de dois filhos foi espancada até a morte devido à boatos falsos de que uma mulher com características físicas similares às suas estaria sequestrando crianças.
- Uma pesquisa realizada pela Ipsos em 27 países mostrou que [os brasileiros são os que mais acreditam em notícias falsas](#).
- De acordo com um [estudo](#) conduzido por Pablo Otellado, mais de 20 milhões de pessoas seguem páginas que notoriamente difundiram notícias falsas.
- 51% dos brasileiros recebem desinformação por meio do WhatsApp.
- Entre [9 e 15%](#) de todas as contas do Twitter são de robôs.

- Uma [pesquisa conduzida pela Idea Big Data](#) mostra que até 86% dos eleitores estão expostos a notícias falsas populares.
- Notícias falsas ameaçam nossa democracia: a [OEA afirmou](#) que o Brasil foi o primeiro país do mundo a receber ataques massivos estruturados para manipular as intenções de voto.
- [Violações de segurança](#) no Facebook Brasil levaram a uma invasão de hackers em 30 milhões de contas durante o período eleitoral.

5. A motivação deste projeto é política?

De forma alguma. De acordo com a nossa própria legislação, pessoas caluniadas por histórias que mancharam sua reputação tem o direito de exigir uma retratação, publicar uma resposta e de receber indenização ([fonte](#)). Além disso, [uma pesquisa conduzida pela IDEFA Big Data](#) mostra que quase 80% dos brasileiros querem que as mídias sociais corrijam as notícias falsas.

A desinformação não é uma questão apenas política, [a desinformação pode nos matar](#). A desinformação está prejudicando os brasileiros em todas as áreas da vida social, prejudicando nossa saúde, nossa ciência, nossa educação, nossa segurança pública. Pessoas estão sendo assassinadas devido a esse problema, parando de vacinar seus filhos, evitando exames médicos e pensando que frutas em conserva podem curar o câncer e o HIV e abandonando tratamentos médicos cientificamente comprovados. O próprio Bolsonaro foi alvo de desinformação, quando foi questionada a tentativa de assassinato que sofreu, sugerindo que ele tinha câncer e estava prestes a morrer, ou quando foi dito que ele confessou ter sido corrupto ou que era filiado ao exército de Hitler. Esta legislação visa proteger todos os cidadãos contra os danos da desinformação, incluindo o presidente.

Liberdade de Expressão

6. O PL de Fake News vai instaurar a censura na internet?

Não. O PL visa dar mais autenticidade e integridade na comunicação nas plataformas de redes sociais e mensagens privados e não traz qualquer repercussão para que você se comunique com as demais pessoas. Hoje as plataformas podem censurar ou derrubar qualquer conteúdo ou conta sem qualquer explicação e o PL determina não só que as plataformas sejam transparentes sobre essas atividades, mas também que o usuário possa ser notificado e possa recorrer da decisão da plataforma em caso de abusos. O PL, ao contrário da pergunta, visa aumentar a liberdade de expressão nas redes sociais e aplicativos de mensagens privadas. A atual legislação permite que redes de robôs disseminem desinformação de modo a deturpar o debate público, permite que pessoas compartilhem conteúdos falsos sem nenhuma reação por parte das plataformas e, mais grave ainda, transforma essas atividades em negócios lucrativos para as plataformas de aplicação e para organizações privadas criminosas. A lucratividade das plataformas, hoje, é movida pela quantidade de visualização de conteúdos e, quanto mais radicalizado o conteúdo, via de regra, mais curtidas, compartilhamentos e comentários ele gera. O PL visa combater esses comportamentos inautênticos e a disseminação descontrolada de conteúdos desinformativos, que afetam a democracia e a liberdade de expressão e de opinião das pessoas.

7. Este projeto é uma afronta à liberdade de expressão?

É um projeto que propõe combater a desinformação com mais informação como uma maneira de deter as notícias falsas, ao invés de pressionar para que elas sejam produzidas em menor escala. Nenhum conteúdo será removido como resultado desse projeto, nem mesmo aquele que, analisado por um verificador de fatos independente, se comprovar impreciso ou inconsistente.

É verdade que alguns se aproveitam da crise das notícias falsas como forma de desautorizar o direito à livre expressão e isso é horrível — podemos ver como exemplo lugares como as Filipinas e a Malásia, ou mesmo alguns projetos de lei sugeridos aqui no Brasil. É exatamente por isso que necessitamos um projeto desenhado desde o começo com o propósito de proteger os principais pilares da democracia - liberdade de expressão e o direito a informação transparente.

8. Onde fica o lugar da sátira, do humor e de opiniões políticas legítimas?

Nenhum conteúdo será deletado. As pessoas continuarão sendo livres para dizer o que quiserem, incluindo coisas que podem ser ofensivas, ou mesmo falsas e enganosas.

Apenas conteúdo deliberadamente falso e enganoso será corrigido. A sátira, a paródia e outras formas de humor, assim como opiniões políticas legítimas, estão excluídas da definição de desinformação.

As reclamações do seu “tio louco” não serão afetadas. Opiniões políticas estão protegidas por essa lei — o que o seu “tio louco” pensa e faz online é legítimo. Mas ele também pode ser alvo das notícias falsas— a rede de desinformação usa nossos tios, amigos e familiares para espalhar mentiras tóxicas. Muitas vezes as pessoas que mais amamos podem cair nessa armadilha; essa lei não lhes fará nenhum dano porque eles são apenas vítimas.

Desinformação

9. A maioria das notícias falsas não é totalmente falsa mas sim exagerada, sugestiva, generalizadora, enganosa ou manipuladora. Como as correções funcionam nesses casos?

As correções devem buscar desfazer o estrago feito; sendo proporcional ao dano causado e apontando diretamente ao aspecto equivocado do conteúdo. Por exemplo: uma imagem modificada no Photoshop mostrando um assassino com uma camiseta do Bolsonaro - quando na verdade ele estava usando uma camiseta escrito “NYC” - seria classificada como mentirosa. Mas postar uma foto sem manipulação digital mostrando Bolsonaro sorridente entrando em um hospital para defender a ideia de que a facada que sofreu não foi tão grave é usar essa imagem fora de contexto — esse uso provavelmente seria considerado enganoso, artificioso, mas não falso e por tanto a questão seria tratada de maneira diferente e não como uma mentira óbvia.

10. O Facebook diz que a desinformação está diminuindo. Procede?

Eles não forneceram nenhum dado para comprovar essa declaração e nem parecem ter um plano claro para informar o público sobre a escala desse problema - falta transparência no seu discurso.

Cresce o número de contas falsas e duplicadas. O Facebook tem hoje em dia 116 milhões de contas falsas e 255 milhões de contas duplicadas no site, de acordo com sua própria apresentação Q4 de 2018, [segundo o NYT](#). O Facebook declarou que é

difícil monitorar as contas falsas e duplicadas. Mas, no seu [arquivo de segurança 4018](#), a companhia estimou que 11% dos usuários ativos mensalmente utilizam contas duplicadas enquanto 5% utilizam contas falsas.

O Ministério da Saúde brasileiro [identificou 185 fontes](#) de notícias falsas no ano passado, 90% delas incluindo mentiras sobre vacinação- isso significa que, mesmo que o número de notícias falsas esteja diminuindo como o Facebook alega, as que restam são suficientemente perigosas e merecem atenção — a desinformação pode ser uma questão de vida ou morte. Um exemplo que vale a pena mencionar é o fato do Brasil ter perdido o status de país livre do sarampo - e isso aconteceu principalmente pela falta de vacinação, apesar da ampla disponibilidade desta. Alguns especialistas relacionam esse fato à cortes públicos nas campanhas de vacinação. Sem fontes de informação confiáveis vindo de campanhas públicas, as notícias falsas começaram a assumir o comando no debate público sobre o tema. Isso resultou em quedas bruscas nos índices de vacinação.

11. As plataformas estão tomando atitudes contra a desinformação- deletando contas falsas, reduzindo conteúdo problemático, mostrando notícias relacionadas — para as pessoas que vão compartilhar conteúdo verificado - por quê corrigir as notícias falsas é tão importante?

Não é transparente nem executado de maneira consistente no nosso país e não é feito em uma escala correspondente ao tamanho do problema.

É fundamental que o governo, congresso e a sociedade tenham um papel nessa questão, trabalhando em colaboração com essas empresas e cobrando responsabilidade enquanto eles desenvolvem estratégias para combater a desinformação.

As plataformas tomaram atitudes desejadas; no entanto, na maioria dos casos, essas decisões ainda foram muito pequenas, muito lentas e muito sigilosas.

A maioria das atitudes tomadas pelas plataformas estão focadas em prevenir que a desinformação seja descoberta, e olha como estamos...afogando em desinformação todos os dias! E também devemos lidar com notícias falsas que já foram disseminadas. É por isso que corrigir as notícias falsas é a única solução viável para um problema dessa escala sem ameaçar a liberdade de expressão.

Essas companhias estão comprometidas com seus acionistas e os resultados. Não existe absolutamente nada que os impeça de mudar de rumo sempre que quiserem, no caso das decisões tomadas se revelarem prejudiciais ao preço de suas ações ou quando o ciclo de mídia mudar sem regulamentação em vigor.

Aplicação

12. Como garantir que essa lei será aplicada?

Nossa legislação existente pode e será usada, mas ainda não abrange a complexidade desse problema. Atualmente, autores de desinformação podem enfrentar processos criminais ou um pedido de direito de resposta de pessoas que foram alvo direto de algum tipo de conteúdo falso, como a difamação. Mas o problema da desinformação é maior e mais complexo, pois pode comprometer a capacidade dos cidadãos de receber informações precisas; os danos gerados podem afetar não apenas a honra individual, mas o sistema de saúde (como no caso de notícias falsas sobre vacinação), a economia

(com histórias falsas que impactam nosso equilíbrio comercial), a vida das pessoas (como no caso de uma mulher que foi assassinada devido às notícias falsas). O problema da desinformação transforma o debate político em um cabo de guerra de mentiras que confunde os cidadãos e altera o julgamento livre e limpo, o que pode ser uma enorme ameaça para um país democrático. Portanto, as soluções fornecidas nesta legislação têm as medidas exatas para alcançar todas as pessoas que foram expostas à desinformação e informar, corrigir, ser transparentes e acabar com a disseminação da desinformação e das contas falsas.

13. Como que vai mudar a lógica do algoritmo?

O Projeto não modifica a lógica dos algoritmos, mas estabelece que as plataformas devem tomar medidas para que conteúdos que sejam verificados como desinformativos sejam colocados de fora da lógica do impulsionamento pago ou gratuito, quebrando a cadeia de transmissão desses conteúdos nocivos à democracia. O PL também prevê que as plataformas sejam transparentes nos casos em que isso acontece, para que possibilite a verificação de abusos nesse sentido.

14. Qual o impacto da proibição de uso de robôs para disseminação de mensagens?

Cabe esclarecer que o PL não proíbe a existência de robôs, já que reconhece que muitos robôs prestam importantes serviços públicos compilando informações úteis para a cidadania, a educação e o controle social. O PL não proíbe a existência desses robôs, mas determina que eles sejam "rotulados", ou seja, identificados como robôs para que as plataformas e os cidadãos possam identificar quando se trata de um humano ou de um comportamento artificial. Cabe dizer que o PL proíbe os robôs não rotulados e que disseminam conteúdos desinformativos, ou seja, programas de computadores que replicam artificialmente ideias nocivas de modo artificial e desproporcional, deturpando o debate público e confundindo o entendimento das pessoas sobre as discussões online.

15. Quem ou que órgão vai ter a responsabilidade de dizer que uma notícia é falsa?

Não há no PL uma instituição de uma "Comissão da Verdade" ou um órgão público que determine o que é verdade ou mentira, pois isso seria um risco para a democracia. O PL determina que, a partir da definição bem específica do que é desinformação, que as plataformas possam se responsabilizar, com transparência e com o devido respeito ao usuário, pelo tratamento adequado das notícias falsas, empregando quando possível verificadores de fato independentes.

16. "1000.000.000.000 publicações são compartilhadas todos os dias no Facebook. Nenhum sistema humano pode dar conta desse volume. Mark Zuckerberg já declarou publicamente que não existem profissionais suficientes capazes de checar todo esse conteúdo. Ponto final."

O **setor de verificação de fatos vai crescer**. Doadores importantes e filantropos autônomos apoiarão essa iniciativa. Enquanto isso, os verificadores de fatos terão que começar com o conteúdo mais importante, mais viral e de maior impacto. Eles não vão conseguir abranger tudo no começo, mas se chegarem a uma fração das campanhas de desinformação mais nefastas, já haverá um grande impacto.

O Brasil tem muitos jornalistas e atualmente vive uma crise no setor de notícias, que não consegue absorver os profissionais formados a cada ano. Portanto, **o setor de checagem de fatos é uma promessa crescente** em todo o mundo. Com o impulso e

fundamentos certos, pode ser um setor rapidamente ampliado para o tamanho necessário.

17. As redes sociais (facebook, instagram e twitter) vão ser responsabilizadas se alguém postar notícia falsa e eles publicarem?

O PL não prevê a responsabilização das plataformas por conteúdos gerados por terceiro e nem pelas repercussões desses conteúdos. O PL prevê uma série de normas de transparência, de acompanhamento responsável pelas fake news e cobra atitudes transparentes das plataformas. Caso as plataformas não implementem e informem essas atitudes de maneira geral e dentro das suas capacidades técnicas, elas podem ser responsabilizadas.

18. Os conteúdos serão removidos?

O PL não prevê a remoção de nenhum conteúdo. Isso significa que a maior parte dos [72% de brasileiros que se informam através das redes](#) terá acesso a mais conteúdo e saberá então discernir quando forem enganados.

19. Essas regras vão valer também para o whatsapp?

Para os serviços de mensageria privada, como é o caso do whatsapp, que utilizam de criptografia de ponta a ponta, o PL tem uma seção específica. Dada a impossibilidade técnica de diagnosticar conteúdo desinformativo, esses serviços são responsáveis por diagnosticarem comportamentos inautênticos e trabalharem para melhorar os seus mecanismos de transmissão de conteúdo entre os usuários - medidas que já adotam em grande parte. Por exemplo, o PL determina que o usuário deve permitir expressamente a sua entrada em grupos de discussão e em listas de transmissão em massa e também determina a limitação da capacidade dos usuários de encaminhar mensagens para grupos ou para terceiros.

20. Por que não focar em quem financia os sites e perfis que produzem e disseminam notícias falsas?

O judiciário já tem ao seu dispor, mesmo que precariamente, algumas ferramentas que sancionam comportamentos relacionados aos efeitos da fake news como o crime a honra. No entanto, a saída penal ou judicial não parece estar funcionando para o caso da disseminação do conteúdo desinformativo, dada a capacidade diminuta do judiciário que não possui meios materiais nem recursos humanos que consigam lidar com o problema na velocidade exigida. Para contribuir também com essa frente de ação e para equipar o judiciário com maiores ferramentas para lidar com o fenômeno das fake news devemos apresentar novas proposições legais ainda este ano que tratem das organizações criminosas que lucram com a disseminação de fake news e de robôs nas redes sociais e nos mensageiros privados. No entanto, acreditamos que a uma regulamentação democrática e que de maior responsabilidade e transparência às ações das plataformas para lidarem com o problema são um primeiro passo fundamental para mudarmos a realidade.